

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PPAG**  
**ÁREA DE RESULTADO: REDUÇÃO DA POBREZA E INCLUSÃO PRODUTIVA**  
**GRUPO 2**

Compareceram à audiência pública para informar sobre a execução dos diversos programas estruturadores os seguintes expositores: Teodoro Alves Lamounier, Gerente do Projeto Estruturador Lares Geraes - Sedru/Cohab e Ana Carolina, Superintendente de Habitação de Interesse Social da Sedru, para apresentar o Programa Lares Geraes; Maria Albanita Roberta, Subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -, para apresentar o Programa Implantação do Suas; e Cláudia Bolognani, Coordenadora do Projeto Travessia - Sedese, para apresentar o respectivo projeto.

No Grupo 2 – Redução da Pobreza – houve 30 inscritos previamente, 15 novas inscrições, com um total de 45 participantes. As entidades representadas foram as seguintes:

- Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
- Assoc. Beneficente do Bairro São Bernardo e Adjacências
- Associação Profissionalizante do Menor de BH
- Associação dos Profissionais do Sexo - ASP
- Câmara Municipal de Andradas
- Central Única dos Trabalhadores - CUT-MG
- Centro de Saúde Vera Cruz - CSVR
- Centro de Vida Independente de Belo Horizonte
- Clarosofia Núcleo Mundial - CNM
- Comitê Bacia Hidrográfica Afluentes Rios Preto e Paraibuna
- Conselho Estadual do Idoso - CEI
- Conselho de Saúde Comissão Local Horto
- Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais -

Emater

- Escola de Saúde de Pública de Minas Gerais - Esmig
- Escola Estadual Deputado Renato Azeredo
- Fórum Est. de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente
- Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Fundação João Pinheiro - FJP

- Ministério Público - Promotoria de Justiça da Infância e Juventude
- Núcleo de Assistência Social e Pedagógica Contato
- Oficina de Imagens
- Ministério Público - Promotoria da Infância e da Juventude Infracional – Piji-

#### Infracional

- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
- Prefeitura Municipal de Betim
- Prefeitura Municipal de Coronel Murta
- Programa Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
- Secretaria de Estado da Educação - SEE
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese
- Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Santa Efigênia
- Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social
- Câmara Municipal de Governador Valadares
- Conselho de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável do Estado de Minas

#### Gerais

- Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fórum Mineiro Cooperativa de

#### Esmeraldas

- Fundação Rural Mineira
- Instituto Marista de Solidariedade Centro de Formação em Economia Solidária -

#### Sudeste

- Movimento Nacional da População de Rua
- Pastoral da Criança
- Polícia Militar
- Prefeitura Municipal de Brumadinho
- Prefeitura Municipal de Contagem
- Prefeitura Municipal de Nova Lima
- Secretaria de Estado de Saúde

O grupo contou ainda com a participação do Deputado André Quintão.

Apresentamos, a seguir, a síntese das exposições por programa estruturador. Os expositores não fizeram referência às ações de programas associados e especiais que foram objeto de emenda.

## PROGRAMA 0025 – LARES GERAES

Apresentado por Teodoro Alves Lamounier, Gerente do Projeto Estruturador Lares Geraes - Sedru/Cohab e Ana Carolina, Superintendente de Habitação de Interesse Social da Sedru, o programa tem como objetivo reduzir o déficit habitacional, criando condições de acesso a moradias seguras, dignas e saudáveis para famílias de baixa renda ou moradores em habitações precárias, assim como concessão de financiamentos para aquisição de casa própria a servidores da área de segurança pública. Apresenta, para isso, o seguinte escopo:

- construção e reforma de conjuntos habitacionais de interesse social;
- financiamento e locação de imóveis a servidores da área de segurança pública com prioridade para moradores em situação de risco funcional;
- recuperação de moradias precárias e construção de novas unidades visando à erradicação de doenças endêmicas;
- regularização fundiária e intervenção estrutural em vilas e favelas.

### Síntese das ações

#### Ação 1001 - Programa Lares Habitação Popular

Ação: 1001 - PROGRAMA LARES HABITAÇÃO POPULAR

Produto: UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE

Unidade de Medida: UNIDADE HABITACIONAL

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	244	0	0,00	6.459.864,00	1.511.302,71	23,40
Central	732	70	9,56	19.379.590,00	6.292.230,70	32,47
Centro Oeste	244	0	0,00	6.459.864,00	3.879.947,46	60,06
Jequitinhonha / Mucuri	244	0	0,00	6.459.863,00	1.807.693,61	27,98
Mata	732	200	27,32	19.379.591,00	1.828.807,33	9,44
Noroeste de Minas	244	30	12,30	6.459.863,00	1.124.200,22	17,40
Norte de Minas	488	0	0,00	12.919.727,00	3.653.375,93	28,28
Rio Doce	488	0	0,00	6.459.863,00	689.512,44	10,67
Sul de Minas	976	120	12,30	25.839.454,00	8.474.702,20	32,80
Triângulo	732	210	28,69	19.379.591,00	8.181.070,23	42,21
<b>Total</b>	<b>5.124</b>	<b>630</b>	<b>12,30</b>	<b>129.197.270,00</b>	<b>37.442.842,83</b>	<b>28,98</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan - abril/2009.

A ação refere-se à construção de unidades habitacionais destinadas à população com renda familiar de até três salários mínimos. Em 2008, esta ação foi objeto de emenda parlamentar ao PPAG, que resultou na alteração da sua meta física, passando de 5.000 para 5.124 unidades habitacionais/ano.

De acordo com o gestor, houve, em 2009, reprogramação de meta física para 5.500 unidades habitacionais, que está discriminada em 2 identidades: construir e entregar. A reprogramação se deve ao longo e intenso período de chuvas do final de 2008 e início de 2009, conjugado ao fato de ser o primeiro ano de mandato de uma nova gestão municipal, que às vezes questionava as obras por terem sido apoiadas pela administração anterior, o que interferiu na entrega das obras de infraestrutura, a cargo dos Municípios. Com isso, parte das metas de 2008 serão executadas em 2009.

No primeiro quadrimestre deste ano, a Ação Lares Geraes Habitação Popular apresentou uma execução física de 12,30%, considerada baixa se comparada à execução do mesmo período do ano anterior, quando a execução física foi de 20,92%.

Verifica-se melhor execução no Triângulo, Mata e Sul de Minas, em razão de as prefeituras serem mais ágeis, com mais capacidade de gestão e mais recursos financeiros. Isso porque a execução desse programa depende da adesão dos Municípios, que devem providenciar lotes urbanizados para a construção das unidades habitacionais.

A execução financeira, por seu turno, foi de 28,98%, significativamente superior à execução do mesmo período do ano anterior, que foi de 5,32%. A execução financeira apresenta-se também acima da execução física. O hiato entre meta física e financeira se deve à realização da meta física iniciada no ano anterior.

#### Execução Lares Habitação Popular - primeiro Quadrimestre de 2008

Ação	Produto	Unidade de Medida	primeiro Quadrimestre/2008					
			Execução orçamentária			Meta física		
			Previsão (anual)	Realizado (jan./Abril.)	%	Previsão (anual)	Realizado (jan./Abril.)	%
Programa Lares Habitação Popular (1001)	Unidade habitacional entregue	Unidade habitacional	110.063.502,00	5.851.961,63	5,32	5.000	1.046	20,92

Fonte: Gerência de Consultoria Temática - Relatório de Monitoramento PPAG 2007 - 2011.

## Ação: 1022 - Programa Lares Geraes Segurança Pública

Ação: 1022 - PROGRAMA LARES GERAES SEGURANÇA PÚBLICA

Produto: FINANCIAMENTO CONCEDIDO

Unidade de Medida: UNIDADE

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	3	1	33,33	300.000,00	75.112,06	25,04
Central	171	11	6,43	17.100.000,00	721.864,62	4,22
Centro Oeste	4	1	25,00	400.000,00	38.080,13	9,52
Jequitinhonha / Mucuri	6	0	0,00	600.000,00	0,00	0,00
Mata	14	1	7,14	1.400.000,00	75.074,70	5,36
Noroeste de Minas	2	0	0,00	200.000,00	0,00	0,00
Norte de Minas	18	1	5,56	1.800.000,00	75.187,15	4,18
Rio Doce	23	2	8,70	2.300.000,00	150.488,03	6,54
Sul de Minas	4	2	50,00	400.000,00	108.000,00	27,00
Triângulo	15	1	6,67	1.500.000,00	80.119,61	5,34
<b>Total</b>	<b>260</b>	<b>20</b>	<b>7,69</b>	<b>26.000.000,00</b>	<b>1.323.926,30</b>	<b>5,09</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan - abril/2009.

A ação refere-se à concessão de financiamentos a servidores da área de segurança pública para aquisição de imóveis residenciais em área urbana e para uso próprio e à construção de unidades habitacionais e provimento de infraestrutura urbana. Em 2008, esta ação foi objeto de emenda parlamentar ao PPAG, que resultou na alteração da sua finalidade.

No primeiro quadrimestre foram concedidas 20 cartas de crédito a servidores públicos, o que representa 7,69% da meta prevista. Os recursos aplicados nesses financiamentos representam 5% do montante previsto para o ano. O hiato entre meta financeira e meta física se deve à variação no valor das cartas concedidas, que se relaciona ao salário do servidor, com pagamento consignado em folha.

Conforme orientação do Grupo Coordenador do Lares Geraes Segurança Pública, o programa passou a atender apenas policiais civis e Agentes de Segurança Penitenciários. A contratação com servidores da PMMG e CBMMG foi transferida ao Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – FAHMEMG (fundo criado em 22/12/2008, pela Lei nº 17.949 e regulamentado pelo Decreto nº 45.028 de 2/4/2009, alterado pelo Decreto nº 45.093 em 4/5/2009). Em função da criação do FAHMEMG, lançado no dia 21/5/2009, as metas financeiras do programa foram alteradas mas as metas físicas ainda não foram redefinidas.

## Ação: 4012 - Locação de Unidades Habitacionais para Servidores da Área de Segurança Pública em Situação de Risco

Ação: 4012 - LOCAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA SERVIDORES DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM SITUAÇÃO DE RISCO

Produto: UNIDADE HABITACIONAL LOCADA Unidade de Medida: UNIDADE HABITACIONAL

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	0	0	0,00	0,00	18.063,20	-
Estadual	20	126	630,00	96.000,00	6.192,00	6,45
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>126</b>	<b>630,00</b>	<b>96.000,00</b>	<b>24.255,20</b>	<b>25,27</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009.

Por meio desta ação, no primeiro quadrimestre do corrente ano, foram atendidos 126 servidores, o que corresponde a 630% da meta prevista. No entanto, a execução financeira foi de apenas 25,27%. Essa diferença se deve ao fato de o recurso ser destinado ao pagamento dos condomínios, e não dos aluguéis, dos apartamentos ocupados pelos servidores da área de segurança pública em risco funcional. Todos os servidores que comprovem situação de risco funcional são atendidos nesse programa, executado pela Secretaria de Estado de Defesa Social.

## Ação: 1139 - Engenharia e Arquitetura Públicas

Ação: 1139 - ENGENHARIA E ARQUITETURA PÚBLICAS

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO Unidade de Medida: MUNICÍPIO

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	5	0	0,00	20.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação refere-se à realização de oficinas/seminários, a serem ministrados em associações microrregionais onde os Municípios apresentam comprovada dificuldade em fornecer elementos técnicos ou documentais para captação de recursos e assinatura de convênios. No processo de revisão do PPAG realizado em 2008, esta ação foi objeto de

Emenda Parlamentar (Emenda nº 303), que resultou na alteração do seu produto para “Município atendido”.

Em 2009, tal como em 2008, não houve execução física e financeira no primeiro quadrimestre. Até abril de 2009, foram realizadas atividades de planejamento para as oficinas que tiveram início em maio e serão realizadas até novembro de 2009. As oficinas previstas nesta ação estão sendo realizadas por meio do Programa Capacidades – Qualidade em Gestão Municipal, em parceria com o Crea.

### **Ação: 1379 - Programa de Financiamento de Unidades Habitacionais para Servidores**

**Ação: 1379 - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA SERVIDORES**

**Produto: SUBSÍDIO CONCEDIDO**

**Unidade de Medida: SUBSÍDIO**

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	102	0	0,00	765.000,00	0,00	0,00
Central	1.052	0	0,00	7.890.000,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	269	0	0,00	2.017.500,00	0,00	0,00
Mata	220	0	0,00	1.650.000,00	0,00	0,00
Noroeste de Minas	514	0	0,00	3.855.000,00	0,00	0,00
Norte de Minas	142	0	0,00	1.065.000,00	0,00	0,00
Rio Doce	300	0	0,00	2.250.000,00	0,00	0,00
Sul de Minas	223	0	0,00	1.672.500,00	0,00	0,00
Triângulo	102	0	0,00	765.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.924</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>21.930.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação refere-se à concessão de subsídio para servidores públicos estaduais efetivos com renda de até 5 salários mínimos, por meio da viabilização de crédito no mercado financeiro privado. Trata-se de ação nova, incluída no PPAG/2009, por meio da Emenda Parlamentar nº190. A ação foi, ainda, objeto de subemenda, que resultou na alteração da sua finalidade.

Não houve execução física e financeira no primeiro quadrimestre do corrente ano.

Esta ação foi pensada em um período anterior à crise, quando o crédito habitacional estava em alta e o mercado da construção civil, extremamente aquecido. Com a crise, e a consequente retração do crédito, os bancos ficaram resistentes a fazer

financiamento de longo prazo, retirando o apoio ao programa. Isso provocou impacto na consecução das metas física e financeira dessa ação.

Somado a isso, o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, com financiamento em condições mais vantajosas, criou fato relevante desfavorável às condições do programa do Estado. A conjugação desses fatores levou o Governo do Estado a adiar, temporariamente, o lançamento do programa e aguardar a evolução das condições do crédito imobiliário nos bancos privados.

### **Ação: 1382 - Implantação do Programa de Arrendamento Residencial - PAR**

Ação: 1382 - IMPLANTACAO DO PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - PAR

Produto: ARRENDAMENTO CONCEDIDO

Unidade de Medida: ARRENDAMENTO

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	409	0	0,00	10.000.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação refere-se à concessão de subsídio à população cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior a 3 salários mínimos, para aquisição de imóvel residencial, limitado a 70% do valor de aquisição de cada unidade habitacional.

Ação inserida no PPAG no processo de revisão de 2008, foi objeto da Emenda Parlamentar nº 213, que resultou na alteração da regionalização de suas metas.

A ação é executada em parceria com a Caixa Econômica Federal, tendo sido sua execução adiada para o segundo semestre em função de estudos que estão sendo realizados para identificar a melhor forma de viabilizá-la.



## Ação: 1302 - Construção, Reformas e Melhorias em Unidades Habitacionais

### Ação: 1302 - CONSTRUÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS EM UNIDADES HABITACIONAIS

Produto: UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA/REFORMADA/MELHORADA Unidade de Medida: UNIDADE HABITACIONAL

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	299	0	0,00	3.371.542,00	0,00	0,00
Estadual	0	0	0,00	485.000,00	2.647,63	0,55
Jequitinhonha / Mucuri	236	0	0,00	2.657.346,00	0,00	0,00
Norte de Minas	328	0	0,00	3.689.460,00	0,00	0,00
Rio Doce	89	0	0,00	1.007.998,00	0,00	0,00
Sul de Minas	24	0	0,00	269.689,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>976</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>11.481.035,00</b>	<b>2.647,63</b>	<b>0,02</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação visa promover a construção, reforma e melhoria de moradias para população de baixa renda ou em áreas de risco, comunidades indígenas e quilombolas. A ação foi inserida no PPAG no processo de revisão realizado em 2008.

A ação não apresenta execução física e financeira no primeiro quadrimestre. Os recursos destinados ao programa foram transferidos pela União (fonte 24) para 21 Municípios do Estado. O Estado está aguardando análise de documentação pelo operador financeiro do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – Caixa Econômica Federal, para dar início às obras, que serão realizadas pela Cohab.

## Ação: 4011 - Regularização Fundiária e Intervenção Estrutural em Vilas e Favelas

### Ação: 4011 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTERVENÇÃO ESTRUTURAL EM VILAS E FAVELAS

Produto: PROPRIEDADE REGULARIZADA Unidade de Medida: PROPRIEDADE

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	40	0	0,00	200.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação visa promover intervenções estruturais e para regularização fundiária em vilas e favelas. Na revisão do PPAG realizada em 2008, a ação foi objeto da Emenda Parlamentar nº 211, que resultou na alteração da regionalização de suas metas.

A ação, realizada em parceria com o Plano Estratégico para a RMBH, não apresentou execução física e financeira no primeiro quadrimestre. A área selecionada para a intervenção se localiza no Município de Ribeirão das Neves e está em processo de regularização fundiária. O Município está detalhando os valores necessários para execução dos projetos urbanos e das melhorias habitacionais. Serão no total 74 unidades habitacionais melhoradas (incluindo as metas de 2008).

### **Síntese das questões apresentadas no debate**

Não houve questões relativas à execução física e financeira do Programa Lares Geraes, apenas uma fala reforçando a boa execução, em comparação com o conjunto dos projetos estruturadores.

### **Outras questões:**

1. Com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, cuja relação é quase direta com o Município, como fica o Lares Geraes e qual seria o papel do Estado para assegurar que os Municípios que atendam aos critérios do programa federal consigam acessá-lo?

De acordo com o representante da Cohab, o bom desempenho do Lares Geraes se deve à mudança de filosofia da empresa, que passou a captar recursos para os investimentos de interesse social. Com a crise econômica internacional, houve redução dos recursos diretamente captados pela Cohab. Por outro lado, o Estado está mantendo os recursos orçamentários dos estruturadores, mas com a queda do ICMS e consequente perda de receita, a suplementação realizada em 2008 não será mantida em 2009. Nesse contexto, o Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado em momento oportuno, a um custo bem razoável.

A Cohab, agente gestor do programa de habitação no Estado, tem atuado em duas frentes:

a) Negociação com a Caixa Econômica Federal - CEF - para firmar termo de adesão do Estado no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, com vistas a garantir recursos para os Municípios com até 50 mil habitantes e população com renda de até 3 salários

mínimos. O Estado garantiria a infraestrutura e a CEF entraria com o financiamento do Minha Casa Minha Vida para a construção dos imóveis.

b) Apoio aos Municípios com menos capacidade institucional na elaboração de projetos e captação de recursos junto à CEF.

O representante da Cohab observou que o Programa Minha Casa Minha Vida é importante fonte de recursos. Destacou, contudo, que a negociação com a Caixa é morosa.

2. Além da capacidade institucional dos Municípios para acessar o Programa Minha Casa Minha Vida, outro limite levantado foi em relação aos espaços físicos para a implantação das moradias, especialmente nas áreas metropolitanas como a de Belo Horizonte. Quais as iniciativas no sentido de viabilizar os terrenos para a construção das moradias, especialmente na região metropolitana?

A representante da Sedru informou que a questão fundiária está sendo tratada especificamente pelo Plano Metropolitano para a RMBH, que realizou um diagnóstico habitacional, a partir do qual foram definidas as unidades habitacionais de interesse social.

3. Como o Estado tem garantido a acessibilidade nas unidades habitacionais das moradias populares do Programa Minha Casa Minha Vida e os de interesse social do Estado?

A Cohab atua com os requisitos da acessibilidade, tendo construído, em 2008, em torno de 170 a 180 unidades habitacionais com acessibilidade. Como as unidades são construídas a partir de cadastramento prévio, sempre que existe um cadastro de pessoa com deficiência a unidade habitacional é adaptada para tal.

Nas negociações com a CEF, os projetos para pessoas que recebem até 3 salários mínimos já contemplam as pessoas com deficiência. Acima desse corte de rendimento, a negociação é direta da CEF com as empreiteiras, e é necessário pressionar esses agentes para fazerem unidades habitacionais adaptadas.

4. Como se dá a escolha dos beneficiários para o **Programa Lares Geraes Habitação Popular**?

A Cohab não escolhe os beneficiários. A Cohab treina as equipes para cadastramento, a partir dos critérios que ela utiliza, mas quem indica os beneficiários são os Municípios, com a chancela dos conselhos municipais de habitação.

## PROGRAMA 0023 – IMPLANTAÇÃO DO SUAS

Apresentado por Maria Albanita Roberta, Subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -, o Programa Implantação do Suas tem como objetivo garantir mecanismos para que o Município promova o acesso da população em situação de risco e vulnerabilidade ao sistema de proteção social. O programa apresenta o seguinte escopo:

- desenvolver ações de capacitação e formação para gestores, técnicos e conselheiros municipais e estaduais da assistência social;
- cofinanciar os Municípios nos serviços de proteção social básica e especial;
- implantar efetivamente os serviços especializados de alta complexidade;
- monitorar e avaliar a implantação efetiva do Suas no Estado de Minas Gerais.

### Síntese das ações

#### Ação: 1147 - Execução de Ações Regionalizadas de Proteção Especial e Fomento a Consórcios Intermunicipais

Ação: 1147 - EXECUÇÃO DE AÇÕES REGIONALIZADAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E FOMENTO A CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

Produto: CONSÓRCIO INSTAURADO

Unidade de Medida: CONSÓRCIO

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Jequitinhonha / Mucuri	1	0	0,00	100.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação destina-se ao fomento a consórcios intermunicipais a partir de diagnóstico sobre a demanda de proteção social especial no Estado. No processo de revisão do PPAG em 2008, a ação foi mantida por força da PLE nº 917, por meio da Emenda nº 339, que alterou o produto e a unidade de medida da ação, que passaram a ser consórcio instaurado e consórcio, respectivamente.

A ação não apresentou execução física e financeira no primeiro quadrimestre.

A gestora do programa reconheceu que existe um desafio na implantação dos serviços regionalizados da assistência social, não só para o Estado, mas para todo o

País. No Brasil só existe uma experiência de serviço regionalizado. Não foi feito ainda nenhum consórcio no âmbito do Suas, embora exista legislação para isso.

Ainda não há um conceito solidificado quanto aos serviços regionais, que permita uma tipificação suficientemente clara para sustentar fluxos regionais de atendimento e pagamento por procedimentos realizados. Essa é a discussão em pauta, ao final da qual se pretende completar o ciclo de regulação das ações regionalizadas da assistência social.

### **Ação: 1156 - Qualificação de Recursos Humanos para Gestão e Controle do Suas**

**Ação: 1156 - QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO E CONTROLE DO SUAS**

**Produto: PESSOA CAPACITADA**

**Unidade de Medida: PESSOA**

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	0	5.637	-	0,00	279.260,75	-
Estadual	9.077	0	0,00	701.867,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>9.077</b>	<b>5.637</b>	<b>62,10</b>	<b>701.867,00</b>	<b>279.260,75</b>	<b>39,79</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A Ação Qualificação de Recursos Humanos para Gestão e Controle do Suas visa promover capacitação para gestores, técnicos e conselheiros municipais e estaduais, por meio da realização de oficinas regionalizadas. No processo de revisão do PPAG, realizado em 2008, a ação foi objeto da Emenda nº 336, que resultou na alteração da sua finalidade, bem como do produto e unidade de medida, que passaram a ser, respectivamente, pessoa capacitada e pessoa.

A ação apresenta boa execução física (62,10%) e financeira (39,79%), com execução física muito superior à financeira. A diferença entre execução física e financeira é explicada pelos trâmites administrativos necessários à formalização de convênios para a realização da ação.

Além das capacitações presenciais, o Estado está apostando na qualificação telepresencial, com 58 polos de teleconferência implantados, o que possibilita o acesso de gestores, técnicos, conselheiros municipais e estaduais de assistência social dos Municípios às capacitações sobre o Suas. Nessa modalidade são realizadas discussões com a gestão do programa a cada 15 dias.

Encontra-se em fase de formatação um curso de especialização em Sistema Único de Assistência Social - Suas -, uma vez que a graduação não atende a necessidade de formação exigida pela realidade do Suas.

Essas ações fazem parte de um plano de capacitação de recursos humanos que está em elaboração.

### **Ação: 1389 - Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAM**

**Ação: 1389 - PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAM**

**Produto: CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDO      Unidade de Medida: PESSOA**

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	190	228	120,00	1.200.000,00	120.000,00	10,00
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>228</b>	<b>120,00</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>10,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

Esta ação se destina ao custeio de despesas com o monitoramento dos beneficiários, com o pagamento de equipe técnica e os custos de manutenção da estrutura física para atendimento e proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte. No processo de revisão do PPAG realizado em 2008 a ação foi objeto da Emenda nº 344, que resultou na alteração da regionalização de suas metas.

É importante destacar que até 2008 esta ação estava sob responsabilidade da defesa social, vindo, em 2009, para a assistência social, onde recebeu importante aporte financeiro, e passou a contar com a interlocução dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras - e Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas -, para o atendimento às famílias.

A ação apresenta, no primeiro quadrimestre do corrente ano, baixa execução financeira e alta execução física.

**Ação: 4234 - Cofinanciamento de Serviços e Benefícios para Municípios na Execução de Proteção Básica**

**Ação: 4234 - CO-FINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA**

**Produto: UNIDADE CO-FINANCIADA/INSTALADA    Unidade de Medida: UNIDADE**

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	0	1	-	0,00	36.000,00	-
Central	0	27	-	0,00	702.000,00	-
Centro Oeste	0	9	-	0,00	255.600,00	-
Estadual	210	0	0,00	13.065.200,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	10	-	0,00	201.600,00	-
Mata	0	13	-	0,00	360.000,00	-
Noroeste de Minas	0	2	-	0,00	61.200,00	-
Norte de Minas	0	14	-	0,00	277.200,00	-
Rio Doce	0	9	-	0,00	216.000,00	-
Sul de Minas	0	8	-	0,00	226.800,00	-
Triângulo	0	7	-	0,00	194.400,00	-
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>100</b>	<b>47,62</b>	<b>13.065.200,00</b>	<b>2.530.800,00</b>	<b>19,37</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação Cofinanciamento de Serviços e Benefícios para Municípios na Execução de Proteção Básica refere-se ao repasse de recursos nas modalidades fundo a fundo e convênio com Municípios, com vistas a garantir a execução das ações desse nível de proteção. Na revisão do PPAG realizada em 2008, a ação foi objeto da Emenda nº 335, que resultou na alteração de sua regionalização.

A ação apresenta boa execução física e baixa execução financeira no primeiro quadrimestre. A diferença entre execução física e financeira está relacionada aos processos administrativos necessários à formalização dos convênios relativos ao cofinanciamento aos Municípios para a implantação de Centros de Referência da Assistência Social - Cras - e execução de serviços da proteção social básica, a exemplo das unidades de convivência para idosos. A previsão é que a partir de agosto sejam repassados recursos para 45 unidade de convivência para idosos e, em setembro, para a implantação de 65 Cras.



**Ação: 4236 - Cofinanciamento de Serviços para Municípios na Execução de Proteção Especial**

**Ação: 4236 - CO-FINANCIAMENTO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL**

Produto: UNIDADE CO-FINANCIADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	0	5	-	0,00	113.313,16	-
Central	0	88	-	0,00	2.175.848,64	-
Centro Oeste	0	15	-	0,00	239.896,84	-
Estadual	153	0	0,00	13.330.915,00	316.798,19	2,38
Jequitinhonha / Mucuri	0	7	-	0,00	12.857,16	-
Mata	0	7	-	0,00	23.142,84	-
Noroeste de Minas	0	1	-	0,00	5.142,84	-
Norte de Minas	0	7	-	0,00	61.353,16	-
Rio Doce	0	7	-	0,00	95.674,32	-
Sul de Minas	0	9	-	0,00	145.169,16	-
Triângulo	0	13	-	0,00	215.851,48	-
<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>159</b>	<b>103,92</b>	<b>13.330.915,00</b>	<b>3.405.047,79</b>	<b>25,54</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação Cofinanciamento de Serviços e Benefícios para Municípios na Execução de Proteção Especial refere-se ao repasse de recursos nas modalidades fundo a fundo e convênio com Municípios, com vistas a garantir a execução das ações desse nível de proteção. Na revisão do PPAG realizada em 2008, a ação foi objeto da Emenda nº 333, que resultou na alteração de sua regionalização.

A ação apresenta alta execução física (103,92%) e execução financeira relativamente baixa (25,54%).

Observa-se um acréscimo de metas em relação ao programado, referente a metas de 2008 que serão realizadas em 2009. A diferença entre execução física e execução financeira é atribuída ao fato de as atividades relacionadas ao atendimento serem garantidas, o que não ocorre com as atividades de investimentos previstas para a ação.

## Ação: 4237 - Fortalecimento dos Instrumentos Descentralizados de Gestão do Suas

Ação: 4237 - FORTALECIMENTO DOS INSTRUMENTOS DESCENTRALIZADOS DE GESTÃO DO SUAS

Produto: *MUNICÍPIO HABILITADO/ACOMPANHADO* Unidade de Medida: *PERCENTUAL*

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	70	73	104,29	388.000,00	75.440,31	19,44
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>73</b>	<b>104,29</b>	<b>388.000,00</b>	<b>75.440,31</b>	<b>19,44</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A Ação Fortalecimento dos Instrumentos Descentralizados de Gestão do Suas refere-se a capacitação, assessoria e apoio técnico aos 853 Municípios do Estado.

A ação apresenta, no primeiro quadrimestre de 2009, alta execução física (104,29%) e baixa execução financeira (19,44%). A baixa execução financeira pode ser explicada pelo processo administrativo necessário à formalização de convênio com os Municípios.

O Estado tem desenvolvido ações de apoio à gestão municipal, incentivando a adesão ao Suas. A habilitação, mesmo que inicial, garante de imediato o repasse de recursos. Todavia, o Estado tem incentivado a progressão de habilitação da inicial para básica ou plena. Atualmente 73% dos Municípios mineiros já se encontram habilitados nas gestões básica ou plena do Suas. Apenas três Municípios ainda não estão habilitados no Suas: Munhoz, Dom Viçoso (que já entregou a documentação) e Nova União.

## Ação: 5019 - Implantação de Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação do Suas

Ação: 5019 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUAS

Produto: *SISTEMA IMPLANTADO* Unidade de Medida: *SISTEMA*

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	0	100	-	0,00	0,00	0,00
Estadual	100	0	0,00	1,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação se refere à implantação do sistema de informação, monitoramento e avaliação do Suas. A gestora do programa não fez referência a essa ação na sua apresentação.

**Ação: 4272 - Cofinanciamento para Municípios em Serviços no Atendimento às Crianças e Adolescentes em Especial com Trajetória de Rua e Trabalho Infantil**

**Ação: 4272 - CO-FINANCIAMENTO PARA MUNICÍPIOS EM SERVIÇOS NO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPECIAL COM TRAJETÓRIA DE RUA E TRABALHO INFANTIL**

Produto: UNIDADE CO-FINANCIADA/INSTALADA Unidade de Medida: UNIDADE

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	0	28	-	0,00	697.563,38	-
Centro Oeste	0	1	-	0,00	19.120,00	-
Estadual	121	0	0,00	10.846.000,00	71.999,99	0,66
Jequitinhonha / Mucuri	0	3	-	0,00	74.800,00	-
Mata	0	1	-	0,00	32.000,00	-
Norte de Minas	0	4	-	0,00	112.100,04	-
Rio Doce	0	4	-	0,00	132.880,00	-
Sul de Minas	0	1	-	0,00	16.000,00	-
Triângulo	0	2	-	0,00	37.040,00	-
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>44</b>	<b>36,36</b>	<b>10.846.000,00</b>	<b>1.193.503,41</b>	<b>11,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação refere-se ao atendimento realizado a crianças e adolescentes nos Municípios por meio da rede socioassistencial. Na revisão do PPAG realizada em 2008, a ação foi objeto da Emenda nº 338, que resultou na alteração da sua finalidade.

A ação apresenta baixa execução financeira no primeiro quadrimestre, o que pode ser explicada por dois motivos principais:

- relação convenial, que exige trâmites administrativos para sua formalização;
- existência de itens de investimentos na ação, como por exemplo aquisição de equipamentos, reforma de 38 unidades de socialização infanto-juvenil e construção de outras 10 unidades.

**Comentários gerais**

De modo geral o Programa Implantação do Suas apresenta execução física muito acima do previsto para o período, exceto quanto às ações regionalizadas de proteção social especial e fomento aos consórcios municipais, que não foram realizadas. A execução financeira, por seu turno, apresenta-se relativamente baixa se comparada à execução física. Como explicitado em cada ação, a execução financeira foi, neste primeiro quadrimestre, influenciada por dois fatores principais:

- processos administrativos necessários à formalização dos convênios relativos ao cofinanciamento aos Municípios para execução de alguns serviços como o atendimento à criança e ao adolescente em trabalho infantil e trajetória de rua, a execução da proteção social básica e da proteção especial;
- início dos mandatos dos governos municipais, com índice de renovação de 70%. No início de uma nova administração, os processos são mais morosos.

### **Síntese das questões apresentadas no debate**

1. Em relação às Ações **Cofinanciamento de Serviços e Benefícios para Municípios na execução da Proteção Básica e Cofinanciamento de Serviços e Benefícios para Municípios na execução da Proteção Especial** foram apresentadas as seguintes questões: Quais os critérios de elegibilidade de Municípios para o cofinanciamento dos Cras e Creas, e quais os critérios adotados para a construção de equipamentos públicos na área da criança e do adolescente? Como o Estado pode ajudar os Municípios em relação à implantação e manutenção dos Cras? Como ele pode investir em Cras já existentes?

Os critérios para cofinanciamento de construção de Cras e Creas são pactuados na Comissão Intergestora Bipartite - CIB - e aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas -, por meio de resolução. Os critérios de partilha dos recursos previstos no orçamento, para o exercício de 2009, estão assim dispostos na Resolução nº 224/2009, do Ceas-MG, em relação aos Cras:

- Municípios habilitados em Gestão Básica e Plena;
- Municípios com Cras sem cofinanciamento da União e do Estado;
- Municípios do Projeto Travessia.

Em relação ao cofinanciamento da Proteção Social Especial a resolução assim dispõe: manter a série histórica de serviços sob a gestão do Estado em custeio para Casa

Lar; Família Acolhedora; Unidade de Atendimento Especializado; Mocatu; Migrante e, Idoso.

Quanto à construção de equipamentos na área de crianças e adolescentes, tomou-se como referência um trabalho de levantamento das demandas dos Municípios que executam a jornada ampliada. O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - CEDCA - pode apresentar esses critérios de forma mais sistemática.

2. Em relação à Ação **Execução de Ações Regionalizadas de Proteção Especial e Fomento a Consórcios Intermunicipais**, em que pese o desejo dos Municípios de se articularem para ofertar serviços regionalizados, há dificuldades que essa organização se efetive. O que o Estado pretende fazer para contribuir para essa articulação? Qual seria a atuação do Estado para tornar efetivos os consórcios municipais?

Muitos Municípios buscam a Sedese solicitando orientação quanto à regionalização dos serviços do Suas. No entanto, a Sedese tem observado que em relação ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS -, mesmo quando regionalizado atendia demanda municipal. Diante disso foi apresentada proposta ao orçamento de 2008 para ampliar os Creas nos Municípios. A lógica regional funciona para a acolhida dos casos de violação de direito, mas falta avançar na regulação dos procedimentos para garantir o acesso aos serviços, seja no Município sede ou na região, e para o pagamento dos serviços regionalizados. Isso está sendo discutido na CIB e nas conferências.

A gestora avalia que no âmbito do Suas não se avançou em uma proposta mais concreta de implantação dos serviços regionalizados. Na prática, a organização do serviço esbarra na necessidade de tipificação dos serviços e de regulação do pagamento por procedimentos.

Para um Município atender a demanda regional é preciso, antes, que seja pactuado na CIB. Se um Município como Governador Valadares tem demanda de atendimento dos Municípios do entorno, essa demanda deve ser encaminhada à Sedese.

3. Sobre a Ação **Qualificação de Recursos Humanos para Gestão e Controle do Suas** solicitou-se esclarecimento quanto aos critérios para definição dos lugares onde são implantados os polos de formação telepresenciais e se existe alguma parceria com o programa de inclusão digital.

Os 58 polos já estão implantados e os encontros são quinzenais. A definição dos locais para implantação dos polos considerou os locais onde se encontram as diretorias regionais da Sedese e a existência de universidade. As diretorias regionais ficaram responsáveis pelo local e tecnologia. A Sedese encaminha o facilitador das discussões e faz a gravação das aulas, que são transmitidas a cada 15 dias.

4. Questão sobre a possibilidade de aumento de recursos para as medidas socioeducativas.

A questão não é de mais orçamento, mas de capacidade de gestão dos Municípios para a execução dessas ações. Por isso, o governo está investindo na capacitação dos Municípios para a gestão de programas dessa natureza. A mudança de gestão municipal provocou impacto significativo na continuidade da implantação de serviços socioassistenciais, que mudou de paradigma (não atua mais como projetos, mas como serviço continuado – então é necessário consolidar equipes e qualificar a gestão).

5. Quanto ao **Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte - PPCAM** -, foram questionados os seguintes pontos: a diferença entre a alta execução física e a baixa execução financeira; a forma pela qual o Município pode acessar o PPCAM; e os mecanismos que podem ser ativados para atender crianças e adolescentes do interior.

A representante da Sedese reafirmou que o processo de formalização de convênio com os Municípios e a mudança de Prefeitos, com o sucateamento das estruturas municipais ocorridas no final dos mandatos, têm impactado negativamente a execução da política de assistência social. Ademais, a meta física é relativamente alta devido ao registro de todos os atendimentos realizados pelo programa, desde o atendimento que gera um encaminhamento, mesmo que não seja propriamente a proteção do PPCAM. O produto e a unidade de medida desse serviço deveria então ser modificado para “criança/adolescente protegido” (e não “atendido”).

Em relação à expansão do PPCAM, reforçou-se que se trata de um programa sigiloso para garantir a proteção aos ameaçados. Não pode, por isso, ser implantado em todos os Municípios. O programa não atende, assim, a critérios de expansão. A Subsecretaria de Direitos Humanos deve ser informada dos casos identificados em qualquer Município para que possa atuar garantindo proteção aos ameaçados, independentemente do Município onde resida. É necessário, no entanto, entender a

proteção requerida: se é uma proteção no âmbito da violação de direitos, que demanda uma atuação do Suas em termos de proteção especial, ou se é uma proteção por ameaça de morte, em virtude de envolvimento como autor, vítima ou testemunha de ato infracional ou criminoso. Essa diferenciação vai garantir o atendimento adequado às demandas identificadas no Estado.

6. Em resposta a indagação sobre a **Implantação de Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação do Suas** no Estado, foi informado que a Sedese está se empenhando para acompanhar a execução dos Municípios, entendendo que isso contribui para garantir a qualidade dos serviços. Pondera, no entanto, que o processo está apenas no início e que, no futuro, pretende-se trabalhar com indicadores de resultado.

## PROGRAMA 0036 – PROJETO TRAVESSIA: ATUAÇÃO INTEGRADA EM ESPAÇOS DEFINIDOS DE CONCENTRAÇÃO DE POBREZA

Apresentado por Cláudia Bolognani, Coordenadora do Projeto na Sedese, o Projeto Travessia apresenta o seguinte escopo com vistas a promover a emancipação social e econômica das camadas mais pobres e vulneráveis da população, por meio da articulação de políticas públicas e do desenvolvimento de mecanismos de participação, monitoramento e controle social, em regiões territoriais definidas:

- articular atores públicos, mobilizar recursos institucionais, desenvolver mecanismos de participação, monitoramento e controle social pela população envolvida;
- coordenar, de forma integrada, as ações que serão executadas em locais de vulnerabilidade social, especialmente nas áreas de infraestrutura, habitação, saúde, assistência social, educação e emprego;
- potencializar os ativos econômicos e sociais para garantir a sustentabilidade local.

### Ação: 1184 - Gestão do Programa Travessia

Ação: 1184 - GESTÃO DO PROGRAMA TRAVESSIA

Produto: PLANO DE TRABALHO EXECUTADO

Unidade de Medida: PERCENTUAL

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	80	14	17,50	1.200.000,00	178.925,77	14,91
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>14</b>	<b>17,50</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>178.925,77</b>	<b>14,91</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A Ação Gestão do Programa Travessia visa garantir as condições estruturais para a elaboração dos planos de trabalhos municipais e para seu adequado monitoramento e execução. Esta ação foi inserida no PPAG na revisão realizada em 2008.

A ação apresenta, no primeiro quadrimestre, boa execução física e financeira.

Nesta ação são desenvolvidas atividades de planejamento para a execução do programa no Estado, fortalecimento da gestão municipal e mobilização social para o



acompanhamento das ações, estabelecimento de parcerias e formalização de convênios. São ações que envolvem procedimentos administrativos relativos à formalização de convênio para a execução das metas.

### **Ação: 1176 - Intervenções Urbanas e Habitacionais**

**Ação: 1176 - INTERVENÇÕES URBANAS E HABITACIONAIS**

**Produto:** PLANO DE TRABALHO EXECUTADO

**Unidade de Medida:** PERCENTUAL

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	0	0	0,00	2.800.000,00	1.200.000,00	42,86
Estadual	100	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0	0,00	21.200.000,00	0,00	0,00
Norte de Minas	0	0	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00
Rio Doce	0	0	0,00	1.600.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>28.800.000,00</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>4,17</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A ação refere-se à execução de melhorias urbanas e/ou habitacionais nos Municípios, por meio da concessão de recurso e articulação de ações de responsabilidades de outros órgãos, quando necessário. Essa ação foi inserida no PPAG na revisão realizada em 2008.

A ação não teve execução física e apresentou baixa execução financeira no primeiro quadrimestre.

As intervenções urbanas desta ação dizem respeito a obras com impacto social, que visam facilitar o acesso das famílias aos serviços e políticas públicas. A realização desta ação depende da formalização de convênios com Municípios a partir de projetos de intervenções por eles apresentados. No primeiro quadrimestre foram desenvolvidas ações de preparação para a formalização dos convênios, que foram assinados em maio de 2009. Em 2009 serão realizadas 137 intervenções urbanas em 35 Municípios, dos quais, até o momento da audiência pública, 32 assinaram o convênio e 28 receberam o repasse da primeira parcela do recurso.

## Ação: 1656 - Implantação da Usina Mineira do Trabalho

**Ação: 1656 - IMPLANTAÇÃO DA USINA MINEIRA DO TRABALHO**

**Produto:** TRABALHADOR QUALIFICADO/REQUALIFICADO **Unidade de Medida:** PESSOA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	100	0	0,00	153.500,00	1.679,30	1,09
Estadual	3.200	0	0,00	3.976.000,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	2.600	0	0,00	3.991.000,00	0,00	0,00
Norte de Minas	400	0	0,00	614.000,00	0,00	0,00
Rio Doce	300	0	0,00	431.200,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6.600</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>9.165.700,00</b>	<b>1.679,30</b>	<b>0,02</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A Ação Implantação da Usina Mineira do Trabalho visa qualificar trabalhadores pertencentes a públicos vulneráveis, promovendo o desenvolvimento das comunidades beneficiadas e oportunidades de inclusão produtiva, de geração de renda, e novos investimentos públicos e privados. A ação foi objeto da Emenda nº 332 ao PPAG, no processo de revisão realizado em 2008, que resultou na alteração da regionalização de suas metas.

A ação não apresenta execução física e financeira para o primeiro quadrimestre. Nesse período foram realizadas ações de planejamento e da formalização do convênio para a execução dos cursos de qualificação, que tiveram início em abril.

## Ação: 5009 - Promoção de Ações de Fomento à Geração de Renda

**Ação: 5009 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE FOMENTO À GERAÇÃO DE RENDA**

**Produto:** PLANO EXECUTADO **Unidade de Medida:** UNIDADE

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	1	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	23	0	0,00	1,00	0,00	0,00
Norte de Minas	4	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Doce	2	0	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A Promoção de Ações de Fomento à Geração de Renda refere-se a ação em parceria com a Emater, que prevê a elaboração planos de ações municipais de geração de renda, com o devido acompanhamento da sua execução, nos 30 Municípios do Travessia em que a empresa atua. A ação foi incluída no PPAG no processo de revisão realizado em 2008.

Trata-se de ação não orçamentária, com recursos vinculados à Emater. Esta ação prevê a distribuição de “kits” de apicultura, avicultura e fruticultura; capacitação de jovens pelo Pronaf Jovem e capacitação das famílias nas áreas de apicultura, avicultura, fruticultura, lavoura e leite.

A ação não apresenta execução física no primeiro quadrimestre, período em que foram desenvolvidas atividades de formalização dos convênios para a realização desta ação.

#### **Ação: 5004 - Promoção da Melhoria do Sistema de Saúde**

**Ação: 5004 - PROMOÇÃO DA MELHORIA DO SISTEMA DE SAÚDE**

**Produto: PLANO ELABORADO E IMPLANTADO      Unidade de Medida: PLANO**

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	100	0	0,00	1,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A Ação Promoção da Melhoria do Sistema de Saúde destina-se a planejar e executar serviços de saúde de forma a garantir atendimento primário de saúde para a população dos Municípios atendidos pelo Travessia. A ação foi inserida no PPAG no processo de revisão realizado em 2008.

Trata-se de ação não orçamentária, cujos recursos financeiros estão vinculados à Secretaria de Estado da Saúde. No primeiro quadrimestre foram desenvolvidas atividades de planejamento e formalização de convênios para a execução das seguintes atividades:

- operacionalização do plano diretor de atenção primária nos 35 Municípios do Travessia;

- combate à anemia: capacitação em 31 Municípios. Diagnóstico da anemia realizado em 8 Municípios, envolvendo a participação de 4.050 crianças (dessas, 44,7% estão anêmicas);
- Saúde em casa: 20 tutores foram designados para atender os 35 Municípios;
- Unidade Básica de Saúde: 11 Municípios receberão em agosto o primeiro repasse para a construção da Unidade Básica de Saúde.

### **Ação: 5008 - Promoção da Melhoria da Infraestrutura da Rede Estadual de Educação**

**Ação: 5008 - PROMOÇÃO DA MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**Produto: ESCOLA REFORMADA**

**Unidade de Medida: UNIDADE**

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	1	0	0,00	1,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	26	0	0,00	26,00	0,00	0,00
Norte de Minas	4	0	0,00	4,00	0,00	0,00
Rio Doce	2	0	0,00	2,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>33,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A Ação Promoção da Melhoria da Infraestrutura da Rede Estadual de Educação refere-se a obras de melhoria dos prédios escolares da rede estadual nos 30 Municípios do Travessia em 2009, segundo necessidades detectadas, a serem executadas pela Secretaria de Estado de Educação.

Trata-se de ação não orçamentária, com recurso constante do orçamento da Secretaria Estadual de Educação. No primeiro quadrimestre, 11 escolas em 9 Municípios receberam recursos para melhoria de infraestrutura.

### **Ação: 5012 - Promoção da Melhoria do Sistema de Assistência Social**

**Ação: 5012 - PROMOÇÃO DA MELHORIA DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****Produto:** CENTRO DE REFERÊNCIA INSTALADO **Unidade de Medida:** CENTRO DE REFERÊNCIA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Jequitinhonha / Mucuri	1	0	0,00	70.000,00	0,00	0,00
Norte de Minas	2	0	0,00	140.000,00	0,00	0,00
Rio Doce	1	0	0,00	70.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>280.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A Ação Promoção da Melhoria do Sistema de Assistência Social refere-se ao convênio entre a Sedese e o Município para construção de Centros de Referência em Assistência Social nos Municípios do Travessia ainda não atendidos por esse equipamento. A ação foi inserida no PPAG no processo de revisão realizado em 2008.

A ação não apresenta execução física e financeira no primeiro quadrimestre. A execução da ação depende de formalização de convênio entre a Sedese e os Municípios (São Gonçalo do Rio Preto, Nova Belém e José Gonçalves de Minas), o que ainda se encontra em tramitação.

**Ação: 5001 - Promoção do Acesso ao Saneamento Básico****Ação: 5001 - PROMOÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO****Produto:** PESSOA ATENDIDA **Unidade de Medida:** PESSOA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	2.583	0	0,00	4.649.400,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	135.739	0	0,00	239.405.400,00	0,00	0,00
Norte de Minas	17.609	0	0,00	31.696.200,00	0,00	0,00
Rio Doce	7.134	0	0,00	12.841.200,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>163.065</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>288.592.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

A Ação Promoção do Acesso ao Saneamento Básico refere-se à implantação e/ou melhoria dos serviços de tratamento de água e esgoto com tarifas reduzidas nas localidades dos Municípios com população entre 200 e 5 mil pessoas pela Copanor e/ou Sedru quando fora desse escopo.

A ação foi inserida no PPAG no processo de revisão realizado em 2008.

A ação não apresenta execução física e financeira no primeiro quadrimestre. O início das obras está previsto para junho, em 8 Municípios.

### **Síntese das questões apresentadas no debate**

1. É sabido que o Travessia é executado quase que exclusivamente em parceria com os Municípios, por isso se entende sua baixa execução. É necessário, contudo, rever alguns critérios, fundamentalmente quanto ao cadastramento de ONGs e qualidade dos projetos apresentados.

Em relação à baixa execução financeira, o primeiro quadrimestre foi o período de formalização dos convênios com os Municípios. Esse processo foi concluído em maio, quando se iniciou a liberação dos recursos para a execução das ações. A partir de então deu-se início à execução das metas pactuadas.

O Travessia não faz exigência da intermediação de uma ONG para sua execução. A parceria é feita diretamente com o Município, que deve indicar um servidor para fazer a interlocução do programa com todos os órgãos municipais, além disso é necessário indicar um assistente social e um engenheiro, normalmente da própria Prefeitura. O Travessia também monitora a atuação das prefeituras, da mesma forma que a Seplag atua com os órgãos do Estado. Destaca que a atuação das ONGs e dos conselhos é fundamental para o exercício do controle social e isso é fomentado no escopo do programa.

2. Considerando que o Travessia articula ações intersetoriais, por que ele não atua também na implantação da ação, criada por emenda popular, de implantação e manutenção do Sisvan?

Em relação ao Sisvan, foi marcada reunião com a Secretaria de Estado da Educação e com o Consea para discutir a atuação do Travessia no âmbito da Segurança Alimentar. A gestora do programa ressalta a importância da existência desta ação do Sisvan, para fazer frente, por exemplo, ao quadro de anemia observado nos Municípios em que o Travessia esta sendo executado.

## PROGRAMA 028 – MINAS SEM FOME

Apresentado por José Silva Soares, Presidente da Emater, e Edmar Gadelha, Secretário Executivo do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG –, o programa tem como objetivo promover a segurança alimentar e nutricional de famílias mineiras em condições de vulnerabilidade social, principalmente no meio rural. O escopo do projeto diz respeito ao estímulo a projetos produtivos e à agricultura familiar na produção de alimentos para subsistência, agregação de valor e geração de excedentes para comercialização, além da capacitação de jovens rurais e do público beneficiado, para a implantação dos projetos.

A apresentação contou com a presença do Deputado André Quintão.

### O programa em números – 2004 a 2008:

Projetos implementados: 1.065.705.

Recursos aplicados: R\$51,9 milhões.

Famílias beneficiadas: 1.320.726 (com repetição).

Valor investido por família/projeto/ano: R\$37,22.

### Síntese das ações

#### Ação: 4152 - Apoio à Agricultura Familiar

**Ação:** 4152 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

**Produto:** FAMÍLIA BENEFICIADA

**Unidade de Medida:** FAMÍLIA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	6	0	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Central	6	0	0,00	42.000,00	658,64	1,57
Centro Oeste	6	0	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	6	0	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Mata	6	0	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Noroeste de Minas	6	0	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Norte de Minas	6	0	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Rio Doce	6	0	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Sul de Minas	6	0	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Triângulo	6	0	0,00	42.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>658,64</b>	<b>0,16</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** implantação de projetos visando ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Ação sem execução física e financeira ou próxima de zero, pois os projetos envolvidos nas ações, como aquisição de sementes e equipamentos, foram elaborados e aprovados durante o primeiro semestre para execução no segundo. Há vários projetos já aprovados e em processo de aquisição dos produtos necessários.

### Ação: 8152 - Apoio à Agricultura Familiar

**Ação:** 8152 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

**Produto:** FAMÍLIA BENEFICIADA

**Unidade de Medida:** FAMÍLIA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	60	0	0,00	300.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** apoio a projetos visando ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, por meio da aquisição de equipamentos e insumos, conforme demanda das famílias.

A ação não foi apresentada pelo gestor.

### Ação: 4113 - Apoio à Comercialização Direta

**Ação:** 4113 - APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DIRETA

**Produto:** FAMÍLIA ATENDIDA

**Unidade de Medida:** FAMÍLIA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	200	0	0,00	100.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009



**Descrição:** apoio à organização formal dos agricultores familiares, com o objetivo de que realizem venda direta de seus produtos para a alimentação escolar e aproveitem outras oportunidade de comercialização, além de programas públicos de abastecimento.

Não houve execução física e financeira, uma vez que a ação ainda está em fase de planejamento relativamente à criação de uma rede de programa de aquisição de alimentos, ao desenvolvimento de feiras livres na região de Governador Valadares e à abertura de canais de comercialização por meio da feira de agricultura familiar de Uberaba. Trata-se de um programa muito importante, pois cria um mercado local para aquisição de alimentos produzidos por agricultor familiar.

### Ação: 4227 - Apoio à Implantação de Lavouras

**Ação:** 4227 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE LAVOURAS

**Produto:** FAMÍLIA BENEFICIADA

**Unidade de Medida:** FAMÍLIA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	1.150	0	0,00	83.800,00	0,00	0,00
Central	5.600	0	0,00	394.800,00	0,00	0,00
Centro Oeste	1.150	0	0,00	85.700,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	8.216	0	0,00	581.726,00	0,00	0,00
Mata	6.790	0	0,00	478.840,00	0,00	0,00
Noroeste de Minas	1.500	0	0,00	108.070,00	0,00	0,00
Norte de Minas	14.020	0	0,00	985.110,00	0,00	0,00
Rio Doce	3.700	0	0,00	263.570,00	0,00	0,00
Sul de Minas	5.640	0	0,00	400.080,00	0,00	0,00
Triângulo	2.550	0	0,00	180.030,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>50.316</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>3.561.726,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** aquisição e distribuição de sementes de arroz, feijão, milho e sorgo para famílias em situação de vulnerabilidade social selecionadas por associações locais.

Ação sem execução física e financeira, pois a plantação será feita no segundo semestre. A Epamig é a responsável pela produção e entrega das sementes entre os meses de julho e outubro de 2009.

## Ação: 4228 - Apoio à Implementação de Pomares (Pró-Pomar)

Ação: 4228 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE POMARES (PRÓ - POMAR)

Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA

Unidade de Medida: FAMÍLIA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	354	0	0,00	26.640,00	0,00	0,00
Central	1.614	0	0,00	120.840,00	0,00	0,00
Centro Oeste	474	0	0,00	35.640,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	2.670	0	0,00	201.000,00	0,00	0,00
Mata	1.860	0	0,00	139.200,00	0,00	0,00
Noroeste de Minas	354	0	0,00	26.640,00	0,00	0,00
Norte de Minas	2.670	0	0,00	201.000,00	0,00	0,00
Rio Doce	1.050	0	0,00	78.600,00	0,00	0,00
Sul de Minas	1.620	0	0,00	121.200,00	0,00	0,00
Triângulo	474	0	0,00	35.640,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13.140</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>986.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** distribuição de mudas frutíferas e fertilizantes com a finalidade de possibilitar a implantação de pomares, para as famílias em vulnerabilidade social.

Ação sem execução física e financeira, pois a plantação será feita no segundo semestre. A aquisição de 12 mil “kits” contendo cada um 10 mudas (2 de laranja, 2 de tangerina, 2 de limão, 2 de acerola e 2 de goiaba) e 5 kg de adubo será realizada em julho e a entrega ao agricultor, entre outubro e novembro de 2009.

## Ação: 1151 - Apoio à Implantação de Tanques Comunitários de Coleta de Leite

Ação: 1151 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE TANQUES COMUNITÁRIOS DE COLETA DE LEITE

Produto: TANQUE IMPLANTADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	1	0	0,00	15.800,00	0,00	0,00
Central	4	0	0,00	79.000,00	0,00	0,00
Centro Oeste	2	0	0,00	47.400,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Mata	4	0	0,00	79.000,00	0,00	0,00
Noroeste de Minas	8	0	0,00	173.800,00	0,00	0,00
Norte de Minas	6	0	0,00	118.500,00	0,00	0,00
Rio Doce	4	0	0,00	71.100,00	0,00	0,00
Sul de Minas	5	0	0,00	110.600,00	0,00	0,00
Triângulo	5	0	0,00	94.800,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>790.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** aquisição de tanques de coleta e armazenamento de leite a serem distribuídos a associações locais.

Recursos já utilizados: R\$ 311.100,00.

Recursos com utilização prevista: R\$ 475.000,00.

Apesar da ação não ter execução física e financeira, o gerente informou que já foram gastos R\$311 mil e entregues 15 tanques de resfriamento de leite. Afirmou, ainda, que com a economia gerada pela utilização do Registro de Preços vai poder aumentar a meta física em 23 unidades, atingindo um total de 62.

**Ação:** 3151 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE TANQUES COMUNITÁRIOS DE COLETA DE LEITE

**Produto:** TANQUE IMPLANTADO

**Unidade de Medida:** UNIDADE

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	39	0	0,00	790.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>790.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** idem à Ação 1151, trata da aquisição de tanques de coleta e armazenamento de leite a serem distribuídos a associações locais.

Não houve execução física e financeira e a ação não foi apresentada pelo gestor.

**Ação: 1149 - Apoio à Implementação de Unidades Coletivas de Processamento de Alimentos**

**Ação: 1149 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS**

**Produto: UNIDADE IMPLANTADA**

**Unidade de Medida: UNIDADE**

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	2	0	0,00	253.332,00	1.492,87	0,59
Jequitinhonha / Mucuri	3	0	0,00	506.667,00	0,00	0,00
Mata	1	0	0,00	126.667,00	0,00	0,00
Norte de Minas	5	0	0,00	760.000,00	0,00	0,00
Sul de Minas	1	0	0,00	126.667,00	0,00	0,00
Triângulo	1	0	0,00	126.667,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>1.900.000,00</b>	<b>1.492,87</b>	<b>0,08</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** identificação de associações capazes de implantar unidades coletivas de processamento de alimentos, além da aquisição dos equipamentos e monitoramento da instalação das unidades.

Ação sem execução física e financeira ou próxima de zero devido à necessidade de que a ação seja precedida por análise de viabilidade técnica dos projetos e posterior licitação da aquisição dos equipamentos. Estes já estão com entrega prevista para o trimestre de julho a setembro. O gasto realizado até o momento foi feito com visitas à análise de viabilidade técnica para a implantação das unidades.

Recursos comprometidos: R\$1.896.060,00.

**Ação: 3149 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS**

**Produto: UNIDADE IMPLANTADA**

**Unidade de Medida: UNIDADE**

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	13	0	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** idem à Ação 1149, trata da identificação de associações capazes de implantar unidades coletivas de processamento de alimentos, aquisição de equipamentos e monitoramento da instalação das unidades .

Não houve execução física e financeira e a ação não foi apresentada pelo gestor.

### Ação: 4367 - Capacitação de Jovens Rurais

Ação: 4367 - CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS

Produto: JOVEM QUALIFICADO

Unidade de Medida: JOVEM

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	44	0	0,00	10.937,00	0,00	0,00
Central	219	0	0,00	54.700,00	189,76	0,35
Centro Oeste	43	0	0,00	10.930,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	219	0	0,00	54.686,00	0,00	0,00
Mata	262	0	0,00	65.625,00	0,00	0,00
Noroeste de Minas	44	0	0,00	10.937,00	0,00	0,00
Norte de Minas	219	0	0,00	54.686,00	0,00	0,00
Rio Doce	131	0	0,00	32.812,00	0,00	0,00
Sul de Minas	219	0	0,00	54.686,00	0,00	0,00
Triângulo	88	0	0,00	21.875,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.488</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>371.874,00</b>	<b>189,76</b>	<b>0,05</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** proporcionar a inclusão de jovens rurais no mercado de trabalho.

A ação está com 0,05% de execução financeira e 0% de execução física, apesar de o gerente ter informado que já capacitou 587 jovens (por meio do Projeto Transformar) dos 1.488 previstos. O gerente afirmou, ainda, já ter transferido R\$227.962,00. Os dados estariam, portanto, defasados.

Recursos já transferidos: R\$227.962,00.

Recursos com utilização programada: R\$140.000,00.

## Ação: 1154 - Capacitação do Público Beneficiário

Ação: 1154 - CAPACITAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Produto: PESSOA CAPACITADA

Unidade de Medida: PESSOA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	400	0	0,00	30.000,00	0,00	0,00
Central	1.500	0	0,00	112.500,00	0,00	0,00
Centro Oeste	500	0	0,00	37.500,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	1.400	0	0,00	105.000,00	0,00	0,00
Mata	1.700	0	0,00	127.500,00	0,00	0,00
Noroeste de Minas	400	0	0,00	30.000,00	0,00	0,00
Norte de Minas	1.400	0	0,00	105.000,00	0,00	0,00
Rio Doce	1.200	0	0,00	90.000,00	0,00	0,00
Sul de Minas	1.300	0	0,00	97.500,00	0,00	0,00
Triângulo	600	0	0,00	45.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>10.400</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>780.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** capacitação adequada à realidade da população, na perspectiva de geração de renda e de segurança alimentar e nutricional sustentável.

Ação sem execução física e financeira, apesar de o gerente da ação ter informado que já foram gastos R\$454 mil e capacitados, em 257 cursos, 4.329 agricultores, dos 10.400 previstos.

## Ação: 4229 - Criação de Pequenos Animais

Ação: 4229 - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA

Unidade de Medida: FAMÍLIA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	26	0	0,00	7.605,00	0,00	0,00
Central	130	0	0,00	38.012,00	0,00	0,00
Centro Oeste	26	0	0,00	7.605,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	78	0	0,00	22.807,00	0,00	0,00
Mata	156	0	0,00	45.614,00	0,00	0,00
Noroeste de Minas	26	0	0,00	7.605,00	0,00	0,00
Norte de Minas	153	0	0,00	44.728,00	0,00	0,00
Rio Doce	78	0	0,00	22.807,00	0,00	0,00
Sul de Minas	130	0	0,00	38.012,00	0,00	0,00
Triângulo	52	0	0,00	15.205,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>855</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** criação de pequenos animais destinada à alimentação das famílias e à produção de matéria-prima para as unidades de processamento de alimentos.

Ação sem execução física e financeira. A aquisição de 171 “kits”, compostos cada um de 15 colmeias, 5 equipamentos de proteção, 3 formões de apicultor e 1 fumigador, foi feita no pregão do dia 24/6/2009.

Recursos com utilização prevista: R\$248 mil.

### **Ação: 4008 - Mutirão pela Segurança Alimentar Nutricional em Minas Gerais - PROSAN**

**Ação:** 4008 - MUTIRÃO PELA SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - PROSAN

**Produto:** PROJETO IMPLANTADO

**Unidade de Medida:** PROJETO

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Central	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	18	0	0,00	20.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

Não foi dada continuidade a esse projeto do Consea-MG, devido à dificuldade, imposta pela legislação, de repasse de dinheiro direto à comunidade, que o recebia por meio da apresentação de projeto produtivo, horta comunitária ou pequena unidade de beneficiamento de alimento. O projeto foi substituído pelo Minas Sem Fome.

### **Ação: 1043 - Qualificação de Agricultores Familiares para a Produção Agroecológica/ Orgânica**

**Ação:** 1043 - QUALIFICAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA/ORGÂNICA

**Produto:** PRODUTOR QUALIFICADO

**Unidade de Medida:** PRODUTOR

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	50	0	0,00	100.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Descrição:** implantação de núcleo piloto de qualificação de agricultores familiares para a produção agroecológica/orgânica e comercialização de seus produtos em parceria com redes de economia solidária.

Ação sem execução física e financeira, uma vez que as ações ainda estão em planejamento: implantação de 6 unidades demonstrativas e de 3.500 hortas ecológicas e capacitação de 800 agricultores familiares.

### **Principais questões apontadas como potencializadoras ou como obstáculos à execução física e financeira**

Não há um obstáculo específico à execução das metas físicas e financeiras, mas, sim, uma característica que se impõe à maioria das ações, qual seja, a necessidade de se plantar na época das chuvas, que se inicia no meio do segundo semestre. Portanto, a maioria das ações está sem ou com baixa execução física e financeira.

No entanto, como aspecto potencializador, os recursos dessas ações não foram contingenciados em virtude dos reflexos da crise econômico-financeira internacional no Brasil e, principalmente, em Minas Gerais, que teve queda substancial na arrecadação de impostos.

### **Síntese das questões apresentadas pelos participantes**

Foi apresentada preocupação quanto à baixa execução das ações desse programa estruturador, mesmo considerando o fato de que algumas ações são tipicamente executadas no segundo semestre, tais como a distribuição de sementes e insumos. Essa preocupação se fundamenta no fato de que o governo irá contingenciar, se houver necessidade em função da crise econômico-financeira mundial, recursos destinados aos projetos estruturadores que tiverem ações com baixa execução.

O Gerente do projeto garantiu que não haverá contingenciamento e que será mantida a alta performance de 98% de execução financeira. Parte do aparente atraso decorre do fato de a Emater e a Epamig, grandes responsáveis pelas ações, não “operarem” no Siafi, apesar de já terem feito grandes desembolsos para a execução das ações.



Foi perguntado se não há uma forma de apoiar os Municípios na elaboração de projetos, principalmente na agricultura familiar voltada para o fornecimento de merenda escolar, uma vez que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – lançou recentemente edital no valor de 8 milhões de reais para projetos no Consea e ela não sabe se em Minas Gerais houve algum projeto contemplado.

O Gerente informou que a Emater tomou conhecimento do edital e pôs três técnicos à disposição dos interessados, mas a participação foi muito baixa – apenas três projetos de Municípios foram apresentados – e ele não saberia informar se tais projetos foram aceitos ou não. O Gerente informou, ainda, que o Minas Sem Fome atende a 119 entidades de assistência à recuperação de dependentes químicos e tem parceria com 250 escolas (para hortas escolares) e com a Fundação Caio Martins.

Foi questionada a possibilidade de se ampliar o orçamento da economia solidária / agricultura familiar para garantir a inclusão social por meio da educação dirigida aos jovens e adolescentes e outros, levando qualificação para o homem do campo, bem como ampliar o orçamento para o Consea relativo à anemia falciforme.

O Gerente informou que já se conseguiu dobrar o número de jovens atendidos pelo programa Transformar com a ajuda de emendas de parlamentares federais. Quanto à economia solidária, estão sendo preparados cursos de especialização junto com a Sedese.

## PROGRAMA 052 – UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA NO CAMPO

Apresentado por Ricardo José Charbel, Superintendente do Programa Luz para Todos, da Cemig, este programa tem como objetivo universalizar o acesso dos domicílios, centros comunitários de produção e escolas no meio rural à eletricidade. Seu escopo compreende a execução de ligações de novas unidades consumidoras rurais em Minas Gerais.

### Síntese das ações

#### Ação: 3002 - Construção da Rede de Distribuição de Energia Elétrica

**Ação:** 3002 - CONSTRUÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

**Produto:** UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA      **Unidade de Medida:** UNIDADE CONSUMIDORA

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Alto Paranaíba	0	34	-	0,00	449.318,00	-
Central	0	87	-	0,00	1.275.643,00	-
Centro Oeste	0	26	-	0,00	682.406,00	-
Estadual	55.000	0	0,00	254.181.000,00	0,00	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	193	-	0,00	4.866.979,00	-
Mata	0	60	-	0,00	1.610.823,00	-
Noroeste de Minas	0	63	-	0,00	872.978,00	-
Norte de Minas	0	257	-	0,00	3.636.086,00	-
Rio Doce	0	108	-	0,00	1.987.514,00	-
Sul de Minas	0	55	-	0,00	1.005.775,00	-
Triângulo	0	38	-	0,00	1.588.478,00	-
<b>Total</b>	<b>55.000</b>	<b>921</b>	<b>1,67</b>	<b>254.181.000,00</b>	<b>17.976.000,00</b>	<b>7,07</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** promoção do acesso à rede de energia elétrica por parte das unidades consumidoras rurais mapeadas pela Cemig, objetivando melhorar a qualidade de vida da população atendida.

Ação com baixa execução física e financeira, uma vez que há diversas dificuldades a serem vencidas, como o demorado processo de licenciamento ambiental das linhas de transmissão; a dificuldade para aquisição de equipamentos, pois há uma

grande procura por eles no mercado nacional; e a falta de mão de obra especializada, que precisa ser capacitada. Mais de 60% das ligações de energia são em locais de difícil acesso, o que torna necessário o uso de juntas de bois para se chegar aos locais e emprego de postes de madeira, pois os de concreto se quebram no caminho.

#### Composição dos recursos – LPT II (2009-2010)

<i>Fonte</i>	<i>%</i>	<i>R\$ milhões</i>
<i>MME/ Eletrobrás</i>	<i>35,4</i>	<i>173,8</i>
<i>Cemig</i>	<i>34,1</i>	<i>167,8</i>
<i>ESTADO</i>	<i>30,5</i>	<i>150</i>
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>491,6</i>

#### Ação: 1360 - Universalização do Atendimento Rural de Energia Elétrica em Municípios não Atendidos pela Cemig

Ação: 1360 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO RURAL DE ENERGIA ELÉTRICA EM MUNICÍPIOS NÃO ATENDIDOS PELA CEMIG

Produto: DOMICÍLIO ATENDIDO

Unidade de Medida: DOMICÍLIO

Regiões	Físico			Financeiro		
	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%	Programado PPAG	Executado Jan a Abr	%
Estadual	0	0	0,00	4.285,00	3.399.712,00	79.339,84
Mata	1.714	0	0,00	9.133.306,00	0,00	0,00
Sul de Minas	101	0	0,00	662.409,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.815</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>9.800.000,00</b>	<b>3.399.712,00</b>	<b>34,69</b>

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais - Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008 - 2011, período jan. - abril/2009

**Descrição:** viabilização do acesso à energia elétrica em domicílios situados em área rural, nos Municípios fora da concessão da Cemig.

Obras iniciadas em junho na área de concessão da Energisa.

Serão atendidos 1.823 domicílios, e não 1.815.

Gestor não compareceu, por isso não se justificou a não execução física, apesar de já se ter execução financeira de 34,69%..

### **Principais questões apontadas como potencializadoras ou como obstáculos à execução física e financeira**

Os obstáculos à execução física são principalmente o demorado processo de licenciamento ambiental das linhas de transmissão; a dificuldade para aquisição dos equipamentos necessários, pois há uma grande procura por eles no mercado nacional; a falta de mão de obra especializada, que precisa ser capacitada, o que demanda tempo; e por fim os locais cada vez mais distantes e de acesso difícil para a execução das ligações elétricas.

Um fato potencializador é que os recursos destas ações não foram contingenciados, até o momento, em virtude dos reflexos da crise mundial no Brasil e, principalmente, em Minas Gerais.